

Notas sobre a relação entre estranhamento e capital: uma análise dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* e do *Grundrisse**

Notes on the relationship between estrangement and capital: an analysis of the Economic and Philosophical Manuscripts and the Grundrisse

Henrique Pereira Braga**

Resumo

O presente trabalho procura contribuir para a investigação da relação de “permanência na mudança” na crítica à economia política elaborada por Marx. Para tanto, o artigo expõe a relação das categorias estranhamento e capital por meio da análise detida dos *Manuscritos* (1844) e dos *Grundrisse* (1857/58), tendo os conceitos de riqueza e pobreza como chave analítica.

Palavras-chave: Karl Marx (1818-1883); estranhamento; capital; crítica da economia política.

Abstract

The present work aims to contribute for the investigation of the relationship of “stay and change” that concerns Marx’s critique of political economy. Hence, this paper shows the relationship between the categories of estrangement and capital by the close analyses of Manuscripts and Grundrisse, using the concepts of wealth and poverty as an analytical key.

Keywords: Karl Marx (1818-1883); estrangement; capital; critique of political economy.

* O presente trabalho é resultado, e contém partes, da tese de doutorado defendida em janeiro de 2016 no Instituto de Economia da Unicamp, sob orientação do professor Plínio de Arruda Sampaio Jr., e que contou com um ano de doutorado sanduíche no exterior sob a supervisão do professor Moishe Postone, da Universidade de Chicago. Ambos os estudos foram financiados pela CAPES.

** Professor Adjunto do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo.

Introdução

Na tentativa de compreender o lugar das categorias estranhamento (alienação) e capital na crítica à economia política elaborada por Karl Marx, o presente trabalho procura analisar os *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (doravante, *Manuscritos*) e os *Esboços para a Crítica da Economia Política* (doravante, *Grundrisse* – como é amplamente conhecido). Trata-se de escritos nos quais tanto são encontradas as formulações pioneiras dos conceitos de estranhamento e de capital, quanto expressam a “permanência na mudança” que ocorre no pensamento do autor, desde o seu primeiro encontro com a economia política até sua suprasunção¹ das categorias desses autores.

A reconstituição do conteúdo dessas categorias será efetuada por meio da exposição sintética dos resultados de um estudo exegético dos escritos de Marx. Tal estudo realizou-se por meio da investigação dos conceitos de riqueza e de pobreza que emergem nos *Manuscritos* e nos *Grundrisse*, haja vista que a temática da abundância em meio à profusa pobreza atravessa a exposição, realizada em *O Capital – livro I*, da estrutura social burguesa².

No presente trabalho, procura-se defender, portanto, que a compreensão dos conceitos de estranhamento e de capital, bem como de sua imbricação, alarga o entendimento da crítica de Marx à sociedade burguesa, permitindo qualificá-la de “capitalista”, e evidencia tanto as condições estruturais necessárias à sua superação quanto as relações sociais que devem ser abolidas para tal.

A fim de cumprir com esse objetivo, o trabalho está dividido em duas partes, precedidas dessa introdução e sucedida de considerações finais. Na primeira seção, expõe-se a síntese de um estudo exegético do *Manuscritos*, centrando a recuperação do argumento no próprio texto, de forma que as referências clássicas a esse escrito comparecerão como suporte da exposição. Em seguida, realizou-se o mesmo movimento de exposição dos *Grundrisse*. Nos dois casos, procurou-se situar as obras no contexto em que foram escritas e, posteriormente, descobertas e publicadas.

¹ Conforme recorda José Chasin (2009, p. 39), Marx não realizou uma mera síntese dos autores representativos da “economia política”, mas conseguiu incorporá-los de forma a produzir uma teoria autônoma em relação a esses autores e capaz de dar conta dos elementos estruturais da vida social burguesa. Em poucas palavras, elaborou uma compreensão radicalmente nova a partir desses autores.

² Em *O Capital*, cabe recordar, além da “lei geral da acumulação capitalista” – na qual o autor aponta para o crescente empobrecimento relativo dos trabalhadores frente ao capital –, a seguinte passagem do primeiro capítulo: “A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘enorme coleção de mercadorias’, e a mercadoria individual como sua forma elementar. Nossa investigação começa, por isso, com a análise da mercadoria. [...] [os] valores de uso formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Na forma de sociedade que iremos analisar, eles constituem, ao mesmo tempo, os suportes materiais do valor de troca.” (Marx, 2013, pp.113-114).

Pavimentando um terreno para a crítica

Sabe-se que a descoberta – e a publicação – dos *Manuscritos* na década de 1930 contribuiu para o desenvolvimento da teoria social e econômica ao longo do século XX, fornecendo poderosos argumentos para a crítica demolidora tanto do “marxismo oficial” proferido pela União Soviética, quanto das leituras positivistas da obra de Marx que se somavam ou se contrapunham a esse marxismo oficial – que também era positivista. Tal importância pode ser atestada nos textos do filósofo húngaro György Lukács, do filósofo alemão Herbert Marcuse ou do psicanalista alemão Erich Fromm – esses dois últimos membros do que ficou conhecido como “Teoria Crítica da Escola de Frankfurt” –, para ficarmos em alguns exemplos do que ficou conhecido como “marxismo ocidental”³.

Datado de 1844, os *Manuscritos* são um conjunto de textos em que Marx esboça, apoiado em seus cadernos de fichamento – conhecidos como *Cadernos de Paris* –, uma primeira crítica da economia política, além de avançar em sua crítica ao livro *Fenomenologia do Espírito* (1807), de Hegel. As partes que sobreviveram ao tempo avançam na percepção do autor, já anunciada nos *Anais Franco-Alemães* de 1843, de que, para a crítica ao Estado burguês, era necessário, em primeiro lugar, criticar as condições materiais sobre as quais está assentado esse Estado.

Os *Manuscritos* tinham esse objetivo, ressaltando-se que a crítica da vida social burguesa não envolvia apenas um escrutínio de sua “economia”, mas também de outros aspectos da vida social, que deveriam ser objeto de outros trabalhos. Ao final dessa empreitada, afirma o autor, seria possível ter uma compreensão do conjunto dessa vida social. Como se sabe, Marx não chegou a cumprir esse objetivo, passando a maior parte de sua vida entre a intervenção e análise política e a investigação da sua “Economia”⁴.

O escrito editado em 1930 começa com uma crítica à concepção da economia política sobre cada uma das três fontes da chamada “renda nacional”: o trabalho, o capital e a propriedade fundiária. Em seguida, o autor afirma que a economia política não explica justamente o condicionante social último para a existência do trabalho assalariado e da propriedade privada, suas

³ A esse respeito, cabe conferir os seguintes escritos: György Lukács (2007), Herbert Marcuse (1972) e Erich Fromm (1961).

⁴ Trata-se do termo utilizado por Maximilien Rubel (1981) para se referir ao projeto de pesquisa de Marx em torno da crítica da economia política. Portanto, não deve ser confundido com “economia” no sentido de *Economics* ou, em poucas palavras, teoria econômica.

fontes da riqueza. Tal condicionante é, para Marx, o estranhamento (ou a alienação)⁵.

Ao afirmar ser esse o fundamento da sociedade burguesa, o autor passa o restante do manuscrito a demonstrar que esse fundamento resulta das próprias relações entre os humanos, ao contrário de ser resultado de relações divinas, de forma que sua superação passa por uma transformação das relações sociais de tal envergadura que o estranhamento não mais seja seu fundamento. Com isso, ele demonstra que o estranhamento está presente em todas as sociedades de classes. Em meio a essa demonstração e proposição de superação, o autor reforça seus argumentos, retoma pontos e apresenta fragmentos importantes para a compreensão do estranhamento.

De maneira sintética, esse fundamento pode ser explicado do seguinte modo: a cisão entre os humanos em classes sociais – nas quais se verificam, de um lado, os proprietários dos meios de produção e, do outro lado, os humanos na posição de trabalhadores – tem por fundamento o estranhamento, tanto dos proprietários quanto dos trabalhadores, frente aos resultados da sua atividade, ao ato de efetivação dessa atividade, ao gênero humano e para com cada um dos humanos. Assim, os humanos tomam os demais e a natureza como objetos externos e estranhos – i. e., somente como meios para a realização de determinada finalidade –, de forma que sua atividade ou a apropriação dos resultados da atividade não contribui para o desenvolvimento de sua maestria (não é um fim em si mesma), mas tão somente para seu desgaste (“desefetivação”), com o objetivo de produzir objetos para a fruição imediata por outro (cf. Marx, 2004, pp. 24-26, 80-83, 86-88, 90).

Na sociedade em que a propriedade privada assume a forma de propriedade privada móvel (cf. *ibidem*, pp. 74-75) – passível de compra e venda – e o trabalho toma a forma de trabalho assalariado – compra e venda da capacidade de trabalho como meio de vida –, ocorreria, de acordo com Marx, o máximo desenvolvimento

⁵ Conforme observa Mészáros (1972), o termo estranhamento é sinônimo de alienação e expressa as palavras *Entäußerung*, *Entfremdung* e *Veräußerung*, sendo a última referente à prática da alienação (ou estranhamento). Entretanto, a tradução aqui utilizada dos *Manuscriptos* diferencia o termo *Entäußerung* do termo *Entfremdung*, ao qualificar o primeiro como exteriorização e o segundo como estranhamento. O objetivo da diferenciação reside em atentar para a distinção que há entre a exteriorização – objetivação proveniente da atividade do ser, que permanece “fora dele” – e o estranhamento – a não incorporação pelo ser humano dos resultados de sua atividade. Compreende-se que o objetivo dessa diferença reside em capturar um modo de trabalho no qual seus resultados são constituídos como objetos exteriores que não contribuem para o desenvolvimento das capacidades humanas, mas, sim, degrada os humanos. Esses dois momentos atuam em conjunto e são sinalizados na tradução utilizada com o termo *estranhamento*, *exteriorização* como o fundamento da sociedade burguesa. No presente trabalho, optou-se por manter o termo estranhamento, indicando seu conteúdo, para designar o fundamento da sociedade burguesa. Isso porque se objetiva uniformizar o texto e acompanhar a nomenclatura utilizada no debate corrente sobre a obra de Marx, que o intercambia por alienação. Essa escolha, contudo, não elimina o controverso debate em torno desses termos, bem como sua adequada tradução. A esse respeito, consultar Ranieri (2000; 2004), Ollman (1976) e José Paulo Netto (2015).

do estranhamento, uma vez que a degradação dos humanos na posição social de trabalhadores assalariados e o contraste de tal deterioração com a riqueza social por eles produzida seriam de tal envergadura que marcariam a vida do trabalhador assalariado como vida para o trabalho. Por sua vez, tal posição social explica, para Marx, porque o trabalho é estabelecido pela economia política como fonte de toda a riqueza, embora seja necessário, segundo esses autores, que os trabalhadores recebam somente o suficiente para a sua subsistência (cf. *ibidem*, pp. 23, 82-83).

Sua contraparte, os proprietários privados, seriam os possuidores dessa riqueza acumulada, da qual fruem na forma do *ter* e não na forma do *ser* (cf. *ibidem*, p. 108)⁶. Ou seja, não enriquecem a si mesmos, haja vista que se trata de um conjunto de objetividades externas e estranhas, mas, sim, enriquecem o próprio poder social constituído na forma do dinheiro que a tudo pode comprar⁷.

A abolição do estranhamento não significa, é importante indicar, a generalização da propriedade da abundância material *externa, estranha* (alienada), à qual Marx denomina de “riqueza material coisal”. Ao contrário, a superação do estranhamento exige a apropriação dessa riqueza por meio do enriquecimento dos humanos – o gênero e seus singulares. O próprio processo de produção (ou as atividades que envolvam sua produção) deve ser constituído de forma a ampliar a maestria dos humanos, de maneira que as objetividades, embora sempre exteriores, não serão estranhas porque realizadas a partir da sua interiorização pelos humanos. Assim, a apropriação não é a socialização dos resultados da produção ou do controle do modo de produzir pelo Estado, pois, tanto num caso como no outro, o que se universalizou foi o estranhamento⁸.

A superação dessa realidade social degradante para os humanos, seja porque têm sua vida transformada em trabalho, seja porque seu horizonte é apenas o enriquecimento do mundo objetivo expresso no poder do dinheiro, exige, portanto, a superação do estranhamento por meio da apropriação da força social de produção constituída a partir dessa deterioração das relações sociais. Tal força, aponta Marx, constitui-se como “capital” (cf. *ibidem*, pp. 80-81).

⁶ Essa diferença é retomada por Fromm (1961).

⁷ Tal enriquecimento do mundo objetivo, que se expressa num crescente poder do dinheiro, faz deste último o meio pelo qual se pode acessar as proezas humanas, fazendo do possuidor do dinheiro o efetivo proprietário de tais façanhas, mesmo que não possua nenhum dom por si só. Parece, assim, que tem as propriedades desenvolvidas em seu próprio ser, quando não as possui. A esse respeito, cf. Marx (2004, pp.108, 139-140, 159). Essa compreensão do dinheiro e de sua relação com o estranhamento, cabe notar, será retomada quando o autor discute o fetiche da mercadoria e do dinheiro em *O Capital – livro I* (cf. Marx, 2013, pp.146-151, 163-167).

⁸ Esse é o núcleo da crítica do autor a Proudhon (cf. Marx, 2004, p. 88). Ainda sobre esse ponto, cabe recordar a metáfora do casamento, utilizada pelo autor, para abordar a necessidade de uma transformação substantiva das relações sociais, não somente uma apropriação daquilo que é produzido de forma alienada, uma vez que superar o domínio dos homens sobre as mulheres não passa pela socialização das mulheres e, sim, por uma efetiva mudança do padrão de relação entre os dois (cf. *ibidem*, pp.103-104).

Nos *Manuscritos*, encontra-se exposto, portanto, o processo de produção da abundância material – denominada “riqueza material coisal” – como degradante dos humanos, de modo que o crescimento dessa riqueza constitui o cerne do empobrecimento da vida social. Com o desenvolvimento do conceito de capital, nos *Grundrisse*, o autor qualificará que o estranhamento que ocorre na sociedade burguesa advém de uma relação social específica, apreendida por meio da categoria de “capital”. Com isso, o meio para a superação do estranhamento assume a necessidade de efetivação de outro modo de vida, no qual o desenvolvimento da individualidade humana seja o fundamento da riqueza, o que exige a abolição do capital.

Laboratório da crítica: sobre os *Grundrisse*

Entre janeiro de 1857 e maio de 1858, Marx dedicou-se à escrita do rascunho de sua crítica à economia política, realizada durante a noite, chegando a atravessar madrugadas. Os manuscritos desse período mostram um intenso trabalho de elaboração, experimentação e avanço intelectual do autor. Seus resultados demonstram o progresso de Marx em sua crítica à economia política, além de explicitar o método de exposição e de pesquisa do autor. Por essa razão, estes escritos são apresentados como o “laboratório”, no qual a crítica à economia política amadureceu⁹.

A decisão de empenhar tamanho esforço na elaboração de uma crítica à economia política surgiu com a deflagração da crise financeira internacional em 1856. Com essa crise, a crítica acurada do sistema de produção burguês, capaz de municiar a agitação social em direção à superação dessa sociedade, fazia-se urgente. Mesmo ciente dessa urgência, Marx não pôde terminar seu trabalho para a publicação antes da crise arrefecer, sendo que o próprio desenrolar da crise não produziu a reação social esperada pelo autor, a qual seus escritos buscavam influenciar¹⁰.

Dentre os impeditivos à redação e à publicação do trabalho estão diversos fatores, que vão desde a penúria financeira pela qual passava sua família após o exílio em Londres, a partir de 1849, até às complicações de saúde, devido às longas jornadas de trabalho no museu britânico e em sua casa – tanto para a pesquisa referente à sua crítica da economia política quanto para a escrita de diversos de seus artigos jornalísticos ou para enciclopédias, que constituíam sua fonte de

⁹ Sobre esse escrito ser o “laboratório” de Marx, cf. Riccardo Bellofiore *et al* (2013, pp. 1-16).

¹⁰ Sobre este ponto, cf. Musto (2008, p. 159).

renda, que também foi afetada pela crise iniciada em 1856¹¹. Somados a esses acontecimentos adversos para qualquer atividade intelectual, nota-se também a necessidade de aprofundar e desenvolver as categorias de sua crítica à economia política, bem como a sua forma de exposição.

O conjunto de textos que compõem esses manuscritos foi iniciado em Londres e finalizado em Manchester, durante viagem realizada por Marx para se recuperar de mais um problema de saúde. Não publicados em vida pelo autor, os pesquisadores responsáveis pela organização das obras completas de Marx, na extinta União Soviética, descobriram esses escritos entre 1925 e 1927, durante investigação para determinar o começo dos rascunhos de *O Capital*¹².

Editados durante a década de 1930, o conjunto de manuscritos que resultou do período de elaboração de sua crítica à economia política, denominados pelos editores de *Grundrisse*, foi publicado somente em 1939. Com o início da Segunda Guerra Mundial, porém, permaneceram desconhecidos dos leitores de Marx fora da União Soviética até sua publicação na Alemanha em 1953¹³.

Constata-se o impacto da publicação dessa obra nos leitores de Marx pelas diversas traduções e comentários¹⁴ deste escrito a partir dos anos de 1960, uma vez que se mostrou material fértil para a crítica radical às interpretações mecanicistas da teoria social crítica de Marx – veiculadas pelo marxismo oficial –, proporcionando a oxigenação do debate em torno do pensamento do autor e dos

¹¹ Além destas fontes de renda, Marx recebeu ajuda do amigo Friedrich Engels desde o começo da década de 1850. Para uma descrição detalhada da situação de Marx durante a primeira década de exílio em Londres, cf. McLellan (1973, pp. 226-315).

¹² A respeito do local de escrita, cf. Musto (2008, p.1 57). Sobre a data da descoberta, cf. Musto (*ibidem*, p. 180).

¹³ Sobre essas datas de edição e publicação, cf. Musto (*ibidem*, pp.180-181).

¹⁴ Seguiram-se à publicação dos *Grundrisse* diversas interpretações que consideram esses escritos em sua integridade. A título de exemplo, destacam-se os debates surgidos na Alemanha, Rússia, Itália, França e nos Estados Unidos. No primeiro país, os trabalhos mais expressivos, segundo Mohl (2008, pp.192-196), foram os de Alfred Schmidt, Jürgen Habermas, Roman Rosdolsky, Helmut Reichelt, surgidos na década seguinte à publicação dos *Grundrisse* nesse país. Na Rússia, os anos de 1960 renderam, segundo Vasina (2008, p.207), os trabalhos de Alexander I. Maluish e Vitali S. Vygodski. Nos anos de 1970, de acordo com Tronti (2008, pp. 231-232), seguiram-se à tradução italiana – publicada por editor independente do Partido Comunista Italiano – as investigações do grupo teórico-político *Operaismo* – as quais procuravam interpretar as mudanças no padrão taylorista-fordista de produção – e, já nos anos de 1980, publica-se o trabalho de Antonio Negri. A recepção francesa desse escrito ocorreu após sua tradução por uma casa editorial não vinculada ao Partido Comunista deste país, sendo que tomou contato, segundo Tosel (2008, p. 225), com o primeiro estudo minucioso do conjunto desses escritos por meio do italiano Antonio Negri, quando convidado por Louis Althusser para ministrar um curso sobre os *Grundrisse* em 1978 na *École Normal Supérieure*. Nos Estados Unidos, de acordo com Arthur (2008, pp. 250-252), esses escritos receberam, após sua publicação integral em 1973, imediata apreciação crítica de Carol Gould, porém, dois anos antes, haviam recebido tradução parcial e apreciação crítica de David McLellan, bem como tinham sido introduzidos pelos estudos de Herbert Marcuse. Além disso, a publicação da tradução do trabalho de Roman Rosdolsky, em 1977, complementa a recepção e debate da obra neste país nos anos de 1970.

rumos da sociedade contemporânea durante os anos de 1960 e 1970¹⁵. Em decorrência desse intenso debate, os *Grundrisse* tornaram-se peça fundamental tanto das análises posteriores da obra de Marx quanto das teorias sociais que, inspiradas em seus escritos, almejavam compreender a dinâmica da sociedade capitalista e suas mudanças¹⁶.

Do ponto de vista da interpretação do pensamento de Marx, os esboços reunidos nessa obra proporcionaram material para a compreensão da estreita relação entre os *Manuscritos* e *O Capital*, uma vez que explicitam as mudanças e as continuidades do autor em sua crítica à economia política. Pelo menos dois aspectos dessa crítica de Marx podem ser destacados como pontos de contato entre esses escritos, mostrando a *unidade* do pensamento do autor em meio à sua incompletude. Trata-se do avanço do autor na compreensão do que a economia política denomina de “capital” e, por conseguinte, a sua qualificação da natureza do *estranhamento* na sociedade burguesa.

Dividido em duas partes – a primeira dedicada ao “Dinheiro”, e a segunda dedicada ao “Capital” –, os *Grundrisse* têm por fio condutor a demonstração de que a especificidade da sociedade burguesa está no seu processo de produção, norteados pela produção de determinada riqueza, de forma que as relações de troca são, nas mais variadas formas do dinheiro, adequadas a esse processo.

Ao iniciar pela polêmica com a economia política e com os socialistas franceses seguidores de Proudhon, o autor procura demonstrar que as mudanças (ou reformas) sociais centradas somente na alteração da forma da troca (abolição do dinheiro, dinheiro trabalho, bônus horários etc.) não resolveriam as mazelas sociais produzidas pela sociedade burguesa. Isso porque, para Marx, o processo de troca centrado no dinheiro não caracteriza essa sociedade. É seu componente importante, mas não constitui sua especificidade (cf. Marx, 2011, p. 95).

Para delinear a característica específica à sociedade burguesa, Marx recorda que suas relações sociais (burguesas) são caracterizadas pela independência pessoal e pela dependência coisal. Ao contrário de ser uma sociedade baseada na dependência pessoal, em que nossa posição social é estabelecida a partir do grau de parentesco, dos preceitos religiosos e/ou do domínio direto sobre outros grupos sociais – por exemplo –, na sociedade burguesa são as relações entre os produtos dos trabalhos de cada produtor individual que medeiam nossas relações

¹⁵ A importância desse escrito para a crítica ao marxismo oficial pode ser constatada pelo fato relatado por Mohl (2008, p. 191): os *Grundrisse* não figuraram nas edições oficiais das obras completas de Marx até o ano de 1983 – seja em alemão ou em russo –, embora tenham sido traduzidos em edições independentes dos partidos comunistas de cada país para, seguindo Musto (2008, p. 183), vinte e dois idiomas (inclusive farsi), com mais de trinta e duas versões.

¹⁶ Neste particular, destacam-se as interpretações inspiradas em Marx que procuram compreender as transformações no capitalismo a partir dos anos de 1970 por meio da discussão do lugar do trabalho nessa sociedade. Para uma síntese de parte significativa desse debate, cf. Marcelo Carcanholo & João L. Medeiros (2011).

(*cf. ibidem*, pp. 104-107). Assim, os produtores individuais participam da produção social na proporção em que contribuem para essa produção (ou se apropriam da produção de outro) – contribuição essa medida pelo tempo de trabalho consubstanciado nos valores de uso produzidos, por eles, para a troca, e expressa no quanto cada um “traz consigo no bolso” (*cf. ibidem*, p. 105).

Para a instauração desse padrão de relação social, Marx assinala a ocorrência de uma mudança substantiva nas relações humanas. Além do crescimento do comércio, da indústria, dos transportes, das comunicações etc. – em suma, do intercâmbio humano na forma do “negócio” –, verificou-se a expropriação dos humanos, na posição social de trabalhadores, dos meios de produção e dos meios de subsistência, marcado pela transformação da terra em propriedade privada móvel – isto é, passível de compra e venda (*cf. ibidem*, pp. 215-216).

Tal expropriação mudou radicalmente a natureza do intercâmbio humano, pois, ao estabelecer as coisas resultantes do trabalho sobre coisas como o meio de acesso à produção social, relegou as relações pessoais ao segundo plano. Assim, os humanos são estabelecidos como independentes entre si – “livres e iguais” perante a lei – para trocarem suas coisas – mesmo que a única coisa que possuam seja a si mesmos, sua própria capacidade de trabalho, produzindo a coisificação dos humanos (*cf. ibidem*, pp. 219-221).

A transformação, nas relações humanas, com a instituição do trabalho assalariado junto com determinado grau de intercâmbio humano caracteriza um processo social de produção que Marx procura apreender com a categoria de capital. Refutando a noção da economia política de que capital são as coisas (instrumentos de trabalho, máquinas etc.) que medeiam o processo de trabalho, Marx demonstra que o capital é o movimento contraditório da produção do “valor de troca” consubstanciado em valores de uso. Nesse sentido, o capital assume várias formas ao longo desse movimento, justamente por ser a reprodução do valor de troca que, enquanto tal, necessita da forma do uso para continuar a existir (mesmo que o uso seja representar valores de troca, como o dinheiro) (*cf. ibidem*, pp. 211-213).

Tal movimento de reprodução do valor de troca é explicado pela unidade entre o processo de produção e de circulação de mercadorias. Neste último, ocorre a troca entre iguais: o representante do capital apropria-se da força de trabalho, que recebe o suficiente para se reproduzir na posição social de trabalhador (*cf. ibidem*, p. 222). Na produção, por seu turno, a relação de troca acontece no momento em que a força de trabalho é posta para trabalhar. Durante esse tempo, trabalha-se além do tempo necessário à sua reprodução – i. e., o valor de troca pelo qual foi contratada –, resultando num tempo de trabalho excedente que é apropriado pelo capital, uma vez que tal tempo assume a forma de valores de troca consubstanciados em valores de uso (*cf. ibidem*, pp. 251-252, 254).

Vendidos, tais valores de troca devem novamente assumir a forma da força

de trabalho e dos meios de produção, recompondo o movimento. Porém, o representante do capital, que está atento a essa necessária unidade, procura recompor o movimento, sempre que possível, em escala ampliada, pois sua participação na riqueza social advém do *quantum* de trabalho “ele produz” frente ao *quantum* de trabalho produzido pelo conjunto social. Assim, para Marx, o enriquecimento ocorre por meio da crescente produção e realização de valores de troca consubstanciados em valores de uso, em que seja ampliada a quantidade de valor a mais frente aos valores adiantados para a produção.

Justamente no movimento de contínua reprodução ampliada do valor de troca, reside, nota o autor, a contradição desse processo de produção que abre a possibilidade para sua superação em direção à emancipação humana (*cf. ibidem*, pp. 255-256). Pois, para ampliar o tempo de trabalho excedente em escala crescente, o capital engendra a elevação do intercâmbio humano, de forma a reduzir o tempo de trabalho necessário à reprodução da capacidade de trabalho frente ao tempo de trabalho excedente. Contudo, cada nova elevação do intercâmbio humano diminui um já reduzido tempo de trabalho necessário, provocando uma pequena elevação do tempo de trabalho excedente (*cf. ibidem*, pp. 263-265, 269-270). Por consequência, o crescimento da quantidade de tempo de trabalho apropriada como excedente tende a ser cada vez menor e, na sociedade burguesa, não poderá ser nulo, haja vista que o crescimento do valor de troca ocorre sobre o trabalho vivo (*cf. ibidem*, p. 267).

A explicação de Marx para essa tendência reside na transformação histórica do modo de trabalho, na medida em que a elevação das “forças produtivas do trabalho” tem um salto vertiginoso com a passagem do processo de trabalho da manufatura para a grande indústria. Concomitante a esse salto, ocorreu o estabelecimento – por meio de intensa e sangrenta luta dos trabalhadores – do limite à jornada de trabalho diária.

Na manufatura, em linhas gerais, o ritmo de trabalho e a força da produção são ditados pelo próprio trabalhador, de forma que o decréscimo do tempo de trabalho necessário à produção das mercadorias é dependente de sua destreza, da divisão do trabalho unilateral e maquinal e da organização do processo de trabalho (*cf. ibidem*, pp. 486-488). Na grande indústria, grosso modo, o ritmo de trabalho e a força da produção são ditados pelo sistema de máquinas, de maneira que a divisão do trabalho manufatureira e seu princípio de organização são mantidos, porém, a força de trabalho é reduzida à posição de apêndice da máquina – i. e., mais uma de suas engrenagens de produção (*cf. ibidem*, pp. 580-583). Como resultado, a redução no tempo de trabalho necessário à reprodução da capacidade de trabalho pode ser ampliada sem o limite natural da destreza da própria força de trabalho, expandindo o tempo de trabalho excedente por meio não apenas da contínua e extensa jornada de trabalho, mas também pelo aumento da sua intensidade, elevando sua produtividade.

Como o crescimento da riqueza social burguesa, sob a grande indústria, ocorre pela redução do tempo de trabalho necessário frente ao tempo de trabalho excedente, Marx nota que tal crescimento será cada vez menor porque acontece no interior da própria jornada de trabalho – que se encontra limitada. Por ser um limite, aliás, conquistado durante um longo processo histórico de luta dos trabalhadores, não há um impeditivo, *a priori*, à elevação da jornada de trabalho como forma de ampliar o excedente, de maneira que Marx, ao assinalar essa tendência ao decréscimo da produção de valor de troca, afirma apenas uma tendência geral da sociedade assim constituída¹⁷.

Apesar do substantivo crescimento da riqueza material, bem como do intercâmbio humano, o que se verifica é, portanto, o decréscimo da taxa de crescimento da riqueza social burguesa. O que marca uma contradição do seu processo de produção: constitui um potencial de produção que permitiria reduzir a jornada de trabalho ao mínimo de tempo de trabalho necessário para o conjunto social, mas essa potência não se efetiva, porque assume a forma capital, por meio do modo de trabalho que incorpora ao sistema de máquinas a divisão do trabalho manufatureira, constituindo, assim, um processo de trabalho cujo caráter é ser meio para extração de *quantum* de trabalho (*cf. ibidem*, pp. 119-120, 590-591).

Em outras palavras, ao invés de libertar os humanos de jornadas de trabalho contínuas, extensas e intensas, destinadas unicamente à reprodução de crescente valor de troca consubstanciado em valores de uso, o potencial produtivo constituído com o avanço da reprodução do capital mantém os humanos confinados a esse horizonte estreito de produção, degradando sua existência. Longe de estabelecer o efetivo desenvolvimento da individualidade humana, nota-se a redução do tempo dedicado a outros aspectos da vida humana, enquanto é ampliado o

¹⁷ Dada a relação entre o tempo excedente e o tempo necessário no interior de uma jornada de trabalho *inalterada*, pode-se sintetizar o efeito da ampliação das forças produtivas sobre o *acrécimo* de trabalho excedente por meio de uma sequência numérica, cuja soma é convergente. Supondo que x seja a parcela da jornada de trabalho dedicada ao trabalho necessário e y o quanto as forças produtivas multiplica a capacidade de trabalho, tem-se que o primeiro termo da sequência pode ser expresso pela razão x/y , na qual a elevação da força produtiva do trabalho reduz a quantidade de horas necessária à reprodução da capacidade de trabalho. Essa redução implica o *acrécimo* ao tempo de trabalho excedente, uma vez que a jornada de trabalho é mantida constante. O termo seguinte, por seu turno, é o novo tempo de trabalho necessário dividido pelo quanto as forças produtivas multiplicam a capacidade de trabalho. Cada novo termo, assim, será o termo anterior novamente dividido pelo efeito da elevação da força produtiva sobre a capacidade de trabalho. Nota-se que, *sob as estritas condições aqui desenvolvidas*, a crescente expansão das forças produtivas tende a produzir um *acrécimo* sempre menor no tempo de trabalho excedente. Para ser mais exato, um *acrécimo* que tende à zero. A soma dessa sequência numérica é, por isso, convergente. Isso não significa, cabe destacar, um menor trabalho excedente com a elevação das forças produtivas, mas, sim, um contínuo declínio do crescimento do trabalho excedente. Em *O Capital* essa tendência será elaborada com mais profundidade, em especial quando combinada à acumulação, produzindo a famosa “Lei geral da acumulação”. Sobre o comportamento da sequência numérica acima e para a demonstração dessa convergência, consultar N. S. Piskunov (1969, p. 710-714).

tempo de trabalho¹⁸, o que pode ser notado hoje com o avanço, a passos largos, sobre o tempo de sono¹⁹.

O desenvolvimento da individualidade humana seria possível, para Marx, justamente pela apropriação do potencial produtivo engendrado pelo crescimento do intercâmbio humano. O que significa a constituição de um processo de produção cujo objetivo seja produzir tempo disponível para que os humanos pudessem desenvolver os mais variados aspectos de seu ser (*cf. ibidem*, p 591). Ou seja, uma vida social na qual a riqueza seja o desenvolvimento humano e a pobreza seja somente a ausência de intercâmbio entre os humanos, restando ao trabalho uma posição declinante no conjunto das relações sociais²⁰.

Nota-se, assim, que, por meio da crítica à compreensão do dinheiro e do capital da economia política e seus críticos, Marx desenvolve a relação de troca centrada no dinheiro, figurado enquanto forma da riqueza social capaz de tudo adquirir, como oriunda de um específico processo social de produção. Tal processo, por sua vez, decorre de um padrão de relação social em que os humanos são independentes uns dos outros e dependentes dos resultados de seus trabalhos, materializados em seus bolsos. Essa explicação é possível, cabe destaque, porque Marx expõe um conceito de capital inteiramente novo, que permite qualificar a sociedade burguesa de capitalista.

Do ponto de vista da compreensão da riqueza e da pobreza, nota-se que, nos *Grundrisse*, o autor explicita um processo social de produção de uma riqueza específica – valores de troca consubstanciados em valores de uso –, de forma que a riqueza é, efetivamente, o conjunto dos valores produzidos em escala ampliada. Em outros termos, a riqueza social capitalista é o *quantum* de trabalho sempre em crescimento, de forma que a abundância material apenas significa riqueza na medida em que expressa e engendra *quantum* de trabalho em crescimento. Do contrário, não configura riqueza.

Há, assim, uma afirmação da duplicidade da riqueza social capitalista que não se encontrava nos *Manuscritos*. Além disso, o fundamento dessa riqueza é, de forma explícita e estrutural, o empobrecimento dos humanos, que, confinados à relação de estranhamento, são degradados porque têm sua vida reduzida às jornadas de trabalho contínuas, extensas e intensas, bem como a um horizonte de reprodução social enquadrado pelo movimento contraditório do processo de produção da riqueza social capitalista.

¹⁸ Aspecto já notado pelo autor nos *Manuscritos*, *cf.* Marx (2004, pp. 81-83).

¹⁹ Sobre esse assunto, *cf.* Jonathan Crary (2013).

²⁰ Tal como o problema foi formulado nos *Manuscritos*, *cf.* Marx (2004, pp. 112-113).

Considerações finais

Ao demonstrar que a categoria capital qualifica o estranhamento constitutivo da sociedade burguesa, permitindo nomeá-la de “capitalista”, Marx explicita que o movimento contraditório de reprodução da sua riqueza social capitalista está alicerçada sobre o empobrecimento do gênero humano, manifesto na vida confinada ao trabalho para muitos de seus singulares e na fruição na forma do *ter* – e não do *ser* – para o restante dos humanos. A riqueza social capitalista não é, portanto, apenas material, contabilizada na forma monetária, tampouco apenas dinheiro, mas, sim, a relação contraditória entre produção material e produção de “valor de troca”. Em uma palavra, “capital”.

Com essa compreensão da riqueza, Marx permite figurar a pobreza como degradação do humano, uma vez que, estranhado de suas próprias objetivações, o desenvolvimento de sua individualidade está restrito aos aspectos relevantes para a produção da riqueza capitalista, não havendo tempo disponível, tanto para o conjunto dos singulares quanto para o gênero humano, para o livre desenvolvimento das suas individualidades.

Na medida em que as relações constitutivas do gênero humano negam o livre desenvolvimento da individualidade dos seus singulares, confina-os à experiência de oposição entre si e entre os demais seres, sejam os naturais, sejam os inorgânicos, transformados em meios para um acúmulo material que oprime e degrada os singulares do gênero humano – enquanto o próprio gênero se desenvolve.

Evidencia-se, assim, que Marx assenta na reprodução da estrutura social capitalista a explicação para a crescente produção de riqueza em meio à profusa pobreza, de forma que, a relação entre as categorias estranhamento e capital, por meio da chave de leitura da problemática da riqueza, expressa o fundamento da complexa sociedade dominada pelo capital. O que, por fim, pavimentava o terreno para uma reinterpretação do papel dessas categorias em *O Capital*, à luz da problemática da riqueza.

Para os leitores de Marx, contudo, fica evidente que, nos *Manuscritos* e nos *Grundrisse*, ainda não está assentada a teoria social crítica do autor, tal como se encontra em *O Capital – Livro I*, ao menos no que diz respeito à dinâmica temporal subjacente à produção da riqueza social capitalista. Tal diferença é notável quando se tem em mente a categoria valor.

Enquanto, nos *Manuscritos*, essa categoria não figura, nos *Grundrisse*, ela ainda não assumiu o conteúdo que possui no livro publicado, sendo ainda idêntica à categoria “valor de troca”. Como resultado dessa identidade, a exposição da origem do mais-valor carece, nesse esboço, do valor como categoria social total que emerge da diferença substantiva no interior do próprio trabalho assalariado – trabalho concreto e trabalho abstrato –, que, com o desdobrar das formas de crescimento do mais-valor, explicita o lugar de primazia de um tempo histórico,

o tempo abstrato – i. e., um tempo uniforme, contínuo e homogêneo –, na constituição das relações humanas sob a égide do capital²¹.

Analisar a contribuição de *O Capital* para a compreensão da relação entre a abundância material e a profusa pobreza é, contudo, tarefa para outro trabalho de síntese, para o qual o presente trabalho mostrou ser incontornável a compreensão dos conceitos de estranhamento (alienação) e capital.

Referências bibliográficas

- ARTHUR, Christopher J. “USA, Britain, Australia and Canada”. In: *Karl Marx’s Grundrisse: foundations of the critique of political economy 150 years later*. London: Routledge, 2008. pp. 249-256
- BELLOFIORE, Riccardo; STAROSTA, Guido & THOMAS, P.D. (ed.). *Marx’s laboratory: Critical interpretations of the Grundrisse*. Leiden: Brill, 2013.
- CARCANHOLO, Marcelo D. & MEDEIROS, João Leonardo. “Trabalho no Capitalismo Contemporâneo: pelo fim das teorias do fim do trabalho”, *Revista Outubro*, São Paulo, n. 20, pp.171-197, 2012.
- CHASIN, José [1995]. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- CRARY, Jonathan. *24/7: Late Capitalism and the Ends of Sleep*. London: Verso, 2013.
- FROMM, Erich. *Marx’s Concept of Man*. New York: Frederick Ungar Publishing, 1961.
- LUKÁCS, György. “O Jovem Marx”. Trad. José Paulo Netto. In: *O Jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. pp.121-202.
- MARCUSE, Herbert [1932]. “The Foundation of Historical Materialism”. In: *Studies in Critical Philosophy*. Boston: Beacon Press, 1972. Disponível em: <<https://www.marxists.org/reference/archive/marcuse/works/historical-materialism/>>. Acesso em: 11 jul. 2017.
- MARX, Karl. [1844]. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. [1857-58]. *Grundrisse: esboço da crítica da economia política*. Trad. Mario Duayer. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. [1867]. *O Capital: para a crítica da economia política, vol. I*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MCLLELAN, David. *Karl Marx: his life and thought*. New York: Harper & Row, 1973.

²¹ Sobre a relação da categoria valor com a forma específica do tempo no capitalismo, cf. Postone (2003, pp. 186-225, pp. 286-306). Em especial, notar o conceito de “*treadmill effect*”, que permite expressar o tempo histórico do capital como um “movimento do tempo, ao invés do movimento no tempo”, tornando essa temporalidade constitutiva da dominação social capitalista.

- MÉSZÁROS, István [1970]. *Marx's Theory of Alienation*. New York: Harper Torchbooks, 1972.
- MOHL, Ernest T. "Germany, Austria and Switzerland". In: *Karl Marx's Grundrisse: foundations of the critique of political economy 150 years later*. London: Routledge, 2008. pp. 189-201.
- MUSTO, Marcello. "Dissemination and reception of the Grundrisse in the world: introduction". In: *Karl Marx's Grundrisse: foundations of the critique of political economy 150 years later*. London: Routledge, 2008. pp. 179-188.
- NETTO, José Paulo. "Apresentação". In: *Cadernos de Paris & Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- OLLMAN, Bertell [1971]. *Alienation: Marx's conception of man in capitalist society*. New York: Cambridge University Press, 1976.
- PISKUNOV, N. *Differential and Integral Calculus*. Moscow: MIR Publishers, 1969.
- POSTONE, Moishe [1993]. *Time, Labor and Social Domination: a reinterpretation of Marx's critical theory*. New York: Cambridge University Press, 2003.
- RANIERI, Jesus José. *Alienação e estranhamento em Marx: dos manuscritos econômicos-filosóficos de 1844 a ideologia alemã*. 2000. 258 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000203844>>. Acesso em: 20 fev. 2015.
- _____. "Sobre os Chamados Manuscritos Econômico-Filosóficos de Karl Marx". In: MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.
- RUBEL, Maximilien. *Rubel on Karl Marx: Five Essays*. Trad. Joseph J. O'Malley e K. W. Algozin. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1981.
- TOSEL, André. "France". In: *Karl Marx's Grundrisse: foundations of the critique of political economy 150 years later*. London: Routledge, 2008. pp. 223-228.
- TRONTI, Mario. "Italy". In: *Karl Marx's Grundrisse: foundations of the critique of political economy 150 years later*. London: Routledge, 2008. pp. 229-235.
- VASINA, Lyudmila L. "Russia and the Soviet Union". In: *Karl Marx's Grundrisse: foundations of the critique of political economy 150 years later*. London: Routledge, 2008. pp. 202-212.

Recebido em 27 de novembro de 2017

Aprovado em 30 de dezembro de 2017